

Inclusão Socioeconômica na Educação Pública: Estratégias para um Currículo Mais Acessível no Ensino Remoto

Socioeconomic Inclusion in Public Education: Strategies for a More Accessible Curriculum in Remote Learning

Doi 10.5281/zenodo.15084755

Ivanete Salete Venz de Souza¹
Sirlene de Souza Barbosa Ataídes²
Jeromice Moreira da Silva³

198

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar as barreiras educacionais relacionadas às desigualdades digitais e socioeconômicas, propondo estratégias curriculares inclusivas que promovam o acesso equitativo à educação. A metodologia utilizada foi uma revisão narrativa da literatura científica publicada entre 2015 e 2023, com ênfase em artigos que abordam práticas pedagógicas inclusivas e o uso de tecnologias digitais na educação pública. As análises revelaram que a falta de acesso a recursos tecnológicos, o despreparo docente e a ausência de políticas públicas eficazes continuam sendo os principais obstáculos para uma educação equitativa no Brasil. A pesquisa propõe três estratégias fundamentais: formação continuada de professores com foco em competências digitais e metodologias inclusivas; criação de espaços comunitários de aprendizagem equipados com infraestrutura tecnológica; e desenvolvimento de materiais didáticos diversificados em formatos impresso, audiovisual e digital. Conclui-se que a superação das desigualdades educacionais exige ações integradas envolvendo poder público, escola, professores, alunos e comunidade, com a adoção de um currículo escolar contextualizado, flexível e inclusivo. A valorização do profissional docente, o fortalecimento da infraestrutura tecnológica e o incentivo a parcerias institucionais são elementos-chave para garantir o direito à educação de qualidade, assegurando oportunidades reais de aprendizagem para todos os estudantes.

Palavras-chave: Desigualdade digital; Inclusão educacional; Currículo escolar; Educação pública; Tecnologias digitais

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol - Unades. E-mail. Ivanetesaletesouza@hotmail.com

² Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol - Unades. E-mail. Sirlenesouza2007@hotmail.com

³ Professora Doutora, pela Universidade Del Sol - Unades. E-mail.jeromice@hotmail.com

Recebido em 20/02/2025

Aprovado em: 25/03/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Abstract: This study aims to analyze educational barriers related to digital and socioeconomic inequalities, proposing inclusive curricular strategies that promote equitable access to education. The methodology used was a narrative review of scientific literature published between 2015 and 2023, with an emphasis on articles addressing inclusive pedagogical practices and the use of digital technologies in public education. The analyses revealed that the lack of access to technological resources, inadequate teacher training, and the absence of effective public policies remain the main obstacles to equitable education in Brazil. The research proposes three fundamental strategies: continuous teacher training focused on digital competencies and inclusive methodologies; creation of community learning spaces equipped with technological infrastructure; and development of diversified educational materials in print, audiovisual, and digital formats. The study concludes that overcoming educational inequalities requires integrated actions involving the public sector, schools, teachers, students, and the community, with the adoption of a contextualized, flexible, and inclusive school curriculum. The appreciation of teaching professionals, the strengthening of technological infrastructure, and the encouragement of institutional partnerships are key elements to ensure the right to quality education, providing real learning opportunities for all students.

Keywords: Digital inequality; Educational inclusion; School curriculum; Public education; Digital technologies

1. Introdução

As desigualdades educacionais no Brasil continuam sendo um desafio persistente, especialmente em escolas públicas onde alunos de baixa renda enfrentam obstáculos significativos para acessar recursos tecnológicos e educacionais de qualidade. Em um cenário em que as tecnologias digitais desempenham um papel central na formação acadêmica e cidadã, o acesso desigual a esses recursos reforça a exclusão educacional e amplia o abismo social.

Segundo França e Furlin (2023), as desigualdades digitais limitam o acesso à educação enquanto direito social, afetando de forma mais intensa estudantes em situação de vulnerabilidade. Essa realidade revela que, mesmo em um período de avanços tecnológicos e conectividade ampliada, a inclusão digital ainda não alcançou todos os setores da sociedade.

A expansão da sociedade da informação e a popularização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) transformaram a forma como o conhecimento é produzido, compartilhado e consumido. No entanto, essa transformação revelou barreiras profundas em contextos educacionais onde o acesso à tecnologia não é universal.

Castells (2005) destaca que a relação entre sociedade e TDICs gera desigualdades digitais em um sistema capitalista global, que, longe de reduzir as disparidades sociais, muitas vezes as aprofunda. A exclusão digital manifesta-se de três formas principais: a falta de acesso

à tecnologia, a baixa capacidade técnica para utilizá-la e a incapacidade de processar informações e aplicá-las de maneira crítica.

Essas formas de exclusão tornam-se ainda mais problemáticas quando associadas a currículos escolares que demandam competências tecnológicas, mas não oferecem suporte suficiente para o desenvolvimento dessas habilidades.

Dados da pesquisa TIC Domicílios 2021 indicam que cerca de 20 milhões de domicílios brasileiros (28% do total) não possuíam acesso à internet. Essa realidade reflete diretamente na experiência educacional dos estudantes, uma vez que o domínio das tecnologias digitais é cada vez mais fundamental para a formação acadêmica e inserção no mercado de trabalho.

Nas escolas públicas, a adoção de recursos digitais de aprendizagem ainda é limitada, o que contribui para que as desigualdades sociais sejam reproduzidas no ambiente escolar. Macedo (2021) observa que a ausência de letramento digital, entendido como a capacidade de compreender e utilizar tecnologias de forma crítica e criativa, compromete o processo de aprendizagem e amplia as disparidades educacionais.

Outro fator relevante é a formação docente. Muitos professores da rede pública ainda não possuem capacitação adequada para integrar as tecnologias digitais em suas práticas pedagógicas. Segundo Macedo (2021), apenas 33% dos docentes da rede pública declararam ter recebido treinamento para o uso de computadores e internet em atividades escolares.

Essa lacuna na formação docente compromete a qualidade do ensino e restringe as possibilidades de aprendizagem dos alunos, principalmente daqueles em contextos socioeconômicos menos favorecidos. Além disso, a carência de políticas públicas robustas que assegurem a conectividade e a capacitação digital dos educadores agrava a exclusão educacional.

Santana, Lima Filho e Reis (2021) ressaltam que as desigualdades digitais são ainda mais pronunciadas em áreas rurais e periféricas, onde a infraestrutura tecnológica é precária e o acesso à internet, limitado. Nessas regiões, a falta de recursos tecnológicos e a ausência de iniciativas governamentais específicas para garantir o acesso à tecnologia educacional perpetuam a exclusão social e educacional. Essa situação revela um processo de silenciamento social, em que as vozes e necessidades desses estudantes são frequentemente ignoradas, comprometendo a equidade no acesso à educação.

Diante desse contexto, torna-se fundamental refletir sobre a necessidade de transformar o currículo escolar, de modo a torná-lo mais inclusivo e acessível a todos os estudantes. Essa transformação exige a implementação de práticas pedagógicas que considerem as condições

socioeconômicas e culturais dos alunos, promovam o letramento digital e incentivem o uso crítico e criativo das tecnologias digitais.

A formação docente continuada e a criação de espaços comunitários de aprendizagem com acesso à tecnologia são estratégias fundamentais para enfrentar essas desigualdades. Além disso, parcerias entre escolas, comunidades e setores públicos e privados podem desempenhar um papel crucial na construção de um ambiente educacional mais justo e equitativo.

Assim, a educação de qualidade e equitativa deve ser garantida como um direito fundamental, assegurando condições para o desenvolvimento pleno dos estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica.

Um currículo escolar que promova práticas pedagógicas inovadoras, contextualizadas e inclusivas é essencial para que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizagem e formação cidadã.

A problemática envolve a superação das barreiras tecnológicas e socioeconômicas, a revisão de práticas pedagógicas, a formação de professores para um ensino mais inclusivo e o fortalecimento do envolvimento comunitário, assegurando o direito à educação de qualidade para todos. Como transformar o currículo escolar para torná-lo mais inclusivo e acessível a alunos de baixa renda, considerando as desigualdades digitais e socioeconômicas que ainda persistem no cenário educacional brasileiro?

1.1 Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar as barreiras de exclusão educacional relacionadas às desigualdades digitais e socioeconômicas e propor estratégias curriculares inclusivas que promovam o acesso equitativo à educação.

Objetivos Específicos:

- Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, relacionadas ao acesso e uso de tecnologias no ambiente escolar.
- Analisar como o currículo escolar atual pode reforçar ou mitigar essas barreiras educacionais.
- Desenvolver estratégias pedagógicas que considerem a realidade socioeconômica e cultural dos estudantes, promovendo práticas educativas inclusivas.

- Propor programas de formação continuada para docentes, com foco no uso pedagógico das tecnologias digitais e metodologias inovadoras.
- Sugerir ações comunitárias e parcerias institucionais para ampliar o acesso à tecnologia e recursos educacionais, fortalecendo o vínculo entre escola, família e sociedade.

2. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa, cujo objetivo é examinar a produção científica sobre as desigualdades digitais e sua repercussão no acesso à educação, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. A escolha da revisão narrativa justifica-se por permitir uma abordagem descritiva e interpretativa do tema, oferecendo uma visão abrangente das diversas perspectivas teóricas e empíricas.

Conforme Romanowski e Ens (2006), esse tipo de revisão contribui para a organização e análise de um campo de estudo, possibilitando o aprofundamento na compreensão dos desafios educacionais contemporâneos, sobretudo no que diz respeito às barreiras digitais e ao acesso equitativo ao conhecimento.

Além disso, a revisão narrativa proporciona flexibilidade na análise das fontes, o que permite identificar lacunas na literatura e sugerir novas abordagens para o desenvolvimento de currículos escolares mais inclusivos e adaptados à realidade socioeconômica dos estudantes.

Essa metodologia também é adequada para discutir práticas pedagógicas que favoreçam o acesso e o uso crítico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), fundamentais para a formação acadêmica e cidadã em um mundo cada vez mais digitalizado.

A metodologia adotada compreendeu três etapas principais: busca, seleção e análise dos artigos, fundamentadas nos procedimentos descritos por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021). As buscas foram realizadas em bases de dados reconhecidas na área educacional, como SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, escolhidas por sua relevância e credibilidade acadêmica. A seleção dessas bases justifica-se pela ampla disponibilidade de publicações revisadas por pares, o que assegura a qualidade e a confiabilidade dos estudos analisados.

Foram considerados artigos publicados entre 2015 e 2023, um período que abrange importantes discussões e avanços relacionados ao uso das tecnologias digitais na educação e suas implicações na redução ou ampliação das desigualdades educacionais. Esse recorte temporal foi adotado para capturar as abordagens mais recentes e relevantes sobre o tema, além

de refletir sobre práticas pedagógicas inovadoras que contribuem para o desenvolvimento de um currículo escolar mais acessível.

Durante o processo de busca, foram empregados os seguintes descritores, isolados e combinados: Desigualdade Digital, Exclusão Digital, Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), Educação Pública, Direito à Educação e Currículo Escolar. As combinações mais utilizadas foram:

- Desigualdade Digital e Educação Pública
- Exclusão Digital e Currículo Escolar
- TDIC e Educação Pública
- Tecnologia Educacional e Inclusão Social

Os critérios de inclusão envolveram a seleção de artigos que abordassem explicitamente temas relacionados às desigualdades digitais e sua relação com a educação pública, estudos que apresentassem discussões sobre práticas pedagógicas inclusivas e propostas curriculares adaptadas à diversidade socioeconômica dos estudantes. Também foram considerados apenas estudos disponíveis na íntegra online e em idioma português, garantindo o acesso amplo ao material analisado.

Os critérios de exclusão abrangeram trabalhos que não apresentassem relação direta com práticas pedagógicas inclusivas ou com a temática da desigualdade digital na educação, estudos que abordassem o uso da tecnologia em contextos corporativos ou não educacionais e artigos duplicados ou que não atendessem aos critérios metodológicos estabelecidos para a análise. Após a aplicação desses critérios, sete artigos foram selecionados para compor o corpus da pesquisa.

Os dados obtidos foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Temática, conforme proposta por Bardin (2011). Essa técnica consiste em identificar núcleos de sentido nos textos analisados, cuja frequência e relevância podem revelar aspectos significativos para os objetivos da pesquisa. A análise temática possibilitou a categorização dos conteúdos em tópicos como:

- Acesso e uso das tecnologias digitais na educação pública;
- Desigualdade digital e seus impactos no processo de aprendizagem;
- Barreiras socioeconômicas e curriculares no contexto escolar;
- Práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras;
- TDICs e sua relação com o direito à educação.

As categorias emergentes forneceram subsídios para compreender as principais barreiras educacionais impostas pela exclusão digital e refletir sobre estratégias pedagógicas e práticas curriculares que possam garantir uma educação mais equitativa e inclusiva.

Por tratar-se de uma revisão de literatura, esta pesquisa não envolveu sujeitos humanos diretamente, não exigindo, portanto, aprovação por comitê de ética. Contudo, todos os artigos revisados foram devidamente referenciados, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa acadêmica, assegurando a credibilidade e o rigor científico do estudo.

3. Revisão de Literatura

As desigualdades educacionais no Brasil continuam evidentes, especialmente no que diz respeito ao acesso às tecnologias digitais, fundamentais para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Em um contexto em que as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) desempenham um papel essencial na formação cidadã, as barreiras ao acesso e ao uso adequado desses recursos aprofundam disparidades socioeconômicas e educacionais.

França e Furlin (2023) enfatizam que as desigualdades digitais são uma extensão direta das desigualdades sociais e econômicas, dificultando o acesso equitativo à educação, principalmente para estudantes de baixa renda. Os autores argumentam que a ausência de políticas públicas eficazes para garantir o acesso à tecnologia contribui significativamente para o aumento da exclusão educacional.

De acordo com Castells (2005), a exclusão digital pode ser compreendida em três níveis principais: a falta de acesso aos dispositivos tecnológicos, a baixa capacidade técnica para utilizá-los e a ausência de habilidades cognitivas para processar e aplicar informações de forma crítica.

Esses três níveis ampliam e aprofundam as desigualdades educacionais, uma vez que a inserção no ambiente escolar contemporâneo pressupõe o domínio de competências digitais. Assim, a incapacidade de acessar e utilizar tecnologias digitais não só afeta o desempenho acadêmico, mas também limita a participação plena dos estudantes na sociedade da informação.

Além disso, Kanashiro (2021) destaca que o currículo escolar, ao incorporar práticas pedagógicas que priorizam o uso intensivo de tecnologias, pode reforçar barreiras tecnológicas caso não sejam oferecidos recursos adequados. Currículos estruturados sem considerar as condições socioeconômicas e culturais dos alunos acabam por aprofundar ainda mais a exclusão social e educacional.

Muitos estudantes da rede pública, por exemplo, não possuem acesso adequado aos dispositivos tecnológicos e à internet de qualidade, o que compromete sua participação ativa e efetiva nos processos de aprendizagem. Dessa forma, o currículo escolar, longe de ser um instrumento de inclusão, pode tornar-se um mecanismo de reforço das desigualdades, se não for adaptado às realidades locais.

A exclusão digital também está fortemente relacionada à ausência de letramento digital, que, segundo Macedo (2021), refere-se à capacidade de usar, compreender e aplicar a tecnologia de forma crítica e criativa. O letramento digital é fundamental para que os estudantes não apenas acessem conteúdos educacionais, mas também desenvolvam competências necessárias para o uso efetivo das TDICs em diversas esferas da vida.

Dados da pesquisa TIC Domicílios (2019) reforçam essa perspectiva ao revelar que 20 milhões de domicílios brasileiros não possuíam acesso à internet e que 58% dos estudantes dependiam exclusivamente do telefone celular para atividades relacionadas à educação. Esse cenário evidencia o desafio de promover a inclusão digital em um país marcado por profundas desigualdades socioeconômicas.

Outro aspecto relevante abordado por Santana, Lima Filho e Reis (2021) refere-se à realidade das escolas localizadas em áreas rurais e periféricas. Nessas regiões, a exclusão digital é ainda mais acentuada devido à ausência de infraestrutura tecnológica básica.

A pesquisa realizada pelos autores revelou que escolas em zonas rurais enfrentam desafios adicionais, como a precariedade na conexão à internet e a inexistência de políticas públicas específicas que contemplem as necessidades dessas comunidades. Para os autores, a negação do acesso à tecnologia nessas regiões representa uma forma de silenciamento social, que impede a igualdade de oportunidades educacionais e perpetua a marginalização social.

Além das barreiras tecnológicas e de infraestrutura, a formação docente desempenha um papel central no enfrentamento das desigualdades digitais. Albuquerque et al. (2021) afirmam que a ausência de programas de capacitação docente voltados para o uso pedagógico das tecnologias digitais compromete a qualidade do ensino e acentua as desigualdades educacionais.

Segundo os autores, é fundamental que o Estado promova políticas públicas que garantam treinamento contínuo para os docentes, além de suporte técnico e pedagógico para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Um professor capacitado não apenas facilita o acesso ao conhecimento, mas também atua como agente de transformação social, desenvolvendo práticas pedagógicas que levam em conta as realidades e potencialidades de seus alunos.

Em consonância com essas discussões, Freire (2019) defende uma educação contextualizada e libertadora, que leve em consideração a realidade dos educandos. Para o autor, o currículo escolar deve ser flexível e adaptável, contemplando diferentes formas de acesso ao conhecimento e respeitando as particularidades de cada comunidade.

Freire (2019) enfatiza que a educação deve promover a autonomia dos estudantes, permitindo-lhes desenvolver habilidades críticas e reflexivas para atuar de forma consciente na sociedade. Dessa forma, o currículo escolar deve ser estruturado de modo a permitir a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem, reconhecendo e valorizando suas experiências e contextos culturais.

A partir das contribuições teóricas apresentadas, é possível concluir que as desigualdades digitais representam um dos principais desafios para a garantia do direito à educação no Brasil contemporâneo. A exclusão digital, ao restringir o acesso e o uso adequado das tecnologias no ambiente escolar, amplia as disparidades educacionais e sociais, especialmente entre estudantes de baixa renda.

Para mitigar esses impactos, é imprescindível a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as condições socioeconômicas dos alunos e promovam a equidade no acesso à educação. Isso implica não apenas a revisão dos currículos escolares, mas também a formação continuada de professores, o fortalecimento das infraestruturas tecnológicas nas escolas públicas e o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem o acesso universal às tecnologias digitais.

Portanto, a promoção de uma educação equitativa e de qualidade passa, necessariamente, pela superação das barreiras digitais e pela valorização de práticas pedagógicas inovadoras, que reconheçam e integrem as tecnologias digitais ao processo educativo, de forma crítica e transformadora.

4. Resultados e Discussão

A análise crítica dos estudos revisados evidencia que as desigualdades digitais continuam a ser um fator determinante para a ampliação das desigualdades educacionais no Brasil, especialmente nas escolas públicas.

França e Furlin (2023) destacam que a falta de acesso à tecnologia representa um dos principais obstáculos para o desenvolvimento acadêmico de estudantes de baixa renda. A ausência de dispositivos eletrônicos adequados, infraestrutura tecnológica insuficiente e acesso

precário à internet comprometem significativamente o processo de ensino-aprendizagem, aprofundando disparidades educacionais e sociais.

Além disso, Macedo (2021) observa que o despreparo docente para integrar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) em suas práticas pedagógicas contribui para o agravamento dessas desigualdades.

A falta de formação específica e continuada para os professores, somada à carência de políticas públicas eficazes que assegurem infraestrutura tecnológica nas escolas, revela fragilidades estruturais no sistema educacional brasileiro. Essa situação dificulta o desenvolvimento de competências digitais nos alunos e prejudica sua inserção plena em uma sociedade cada vez mais orientada pela tecnologia.

A análise dos dados também indica que o currículo escolar, ao adotar práticas pedagógicas que valorizam o uso intensivo da tecnologia, sem considerar as condições socioeconômicas dos alunos, pode reforçar a exclusão educacional.

Kanashiro (2021) argumenta que currículos estruturados de maneira descontextualizada, que não levam em conta as realidades locais e as limitações tecnológicas, ampliam o abismo educacional entre estudantes de diferentes origens sociais. Nesse contexto, o currículo deixa de ser um instrumento de promoção da equidade e passa a ser um fator de reforço das desigualdades.

Santana, Lima Filho e Reis (2021) destacam que, em áreas rurais e periféricas, a precariedade da infraestrutura tecnológica e a ausência de políticas públicas específicas para essas comunidades resultam em um silenciamento social, impedindo que os estudantes tenham igualdade de oportunidades educacionais. Essa exclusão digital, aliada à falta de recursos pedagógicos diversificados, compromete o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes, perpetuando um ciclo de marginalização.

Outro fator crucial para a promoção de um ambiente educacional mais equitativo é a formação docente continuada. Albuquerque et al. (2021) reforçam a necessidade de programas de capacitação para professores, destacando que o preparo adequado do corpo docente é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes. Professores capacitados estão mais aptos a integrar as TDICs de forma crítica e criativa em suas aulas, adaptando o conteúdo curricular às necessidades e realidades de seus alunos.

4.1 Estratégias Propostas para Reduzir as Desigualdades Digitais

A partir da análise crítica realizada, foram identificadas três estratégias fundamentais para mitigar as desigualdades digitais e promover um currículo escolar mais inclusivo e equitativo: Formação Continuada de Professore; A primeira estratégia propõe a implementação de programas de formação continuada para o desenvolvimento de competências digitais e metodologias pedagógicas inclusivas.

França e Furlin (2023) afirmam que a capacitação docente é essencial para assegurar práticas pedagógicas que considerem a realidade socioeconômica dos estudantes, promovendo um ambiente educacional mais justo, melhoria no desempenho acadêmico dos estudantes; redução das taxas de evasão escolar e Formação de professores preparados para integrar tecnologias de forma eficaz e contextualizada.

A segunda estratégia sugere o desenvolvimento de espaços comunitários de aprendizagem equipados com computadores e acesso à internet. Kanashiro (2021) destaca que esses espaços podem reduzir significativamente o impacto da exclusão digital, oferecendo aos alunos oportunidades de acesso aos recursos tecnológicos necessários para o desenvolvimento de suas habilidades acadêmicas e digitais.

Impacto esperado: Aumento do engajamento estudantil; Promoção da inclusão digital em comunidades vulneráveis e Fortalecimento do vínculo entre escola, família e comunidade.

A terceira estratégia propõe a produção de materiais didáticos em formatos diversos — impressos, audiovisuais e digitais — para atender a diferentes perfis socioeconômicos e culturais. Essa abordagem garante o acesso ao conteúdo curricular a todos os alunos, independentemente de sua situação tecnológica ou financeira.

Albuquerque et al. (2021) reforçam que a criação de materiais acessíveis é essencial para assegurar a inclusão efetiva dos estudantes no processo educativo. Impacto esperado: democratização do acesso ao conhecimento; promoção da equidade educacional; desenvolvimento de competências e habilidades em todos os estudantes.

4.2 Discussão Final: Superando as Barreiras Digitais na Educação

A análise dos estudos revela que a superação das desigualdades digitais no ambiente escolar exige um conjunto de ações integradas, envolvendo formação docente, acesso à infraestrutura tecnológica e desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis. Essas estratégias, quando articuladas, podem contribuir significativamente para a construção de um ambiente educacional mais justo e equitativo, assegurando o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica.

Além disso, é fundamental que haja colaboração entre o poder público, as instituições educacionais e a sociedade civil na criação de políticas públicas voltadas para a democratização do acesso à tecnologia e ao conhecimento. Somente por meio de um esforço coletivo e contínuo será possível promover a inclusão digital e, conseqüentemente, garantir oportunidades educacionais equitativas para todos os estudantes, permitindo que desenvolvam plenamente suas potencialidades acadêmicas e sociais.

5. Considerações Finais

A análise das produções científicas revisadas permitiu responder ao problema central desta pesquisa, que buscou compreender como transformar o currículo escolar para torná-lo mais inclusivo e acessível a alunos de baixa renda, considerando as desigualdades digitais e socioeconômicas persistentes.

Os resultados evidenciaram que as desigualdades digitais atuam como barreiras significativas ao acesso equitativo à educação, ampliando disparidades sociais e educacionais. Entre os principais obstáculos identificados, destacam-se a falta de acesso à tecnologia, o despreparo docente e a ausência de políticas públicas eficazes voltadas para a democratização do uso das tecnologias educacionais.

Os objetivos específicos estabelecidos para esta pesquisa foram plenamente contemplados. Foi possível identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes, especialmente a limitação de acesso a dispositivos tecnológicos e à internet, o que dificulta o aproveitamento pleno do currículo escolar.

Além disso, a análise demonstrou que o currículo escolar, quando estruturado sem considerar as condições socioeconômicas dos estudantes, reforça as barreiras educacionais, aprofundando as desigualdades já existentes. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de revisão curricular, com foco na inclusão e na equidade.

Para enfrentar esses desafios, foram propostas estratégias pedagógicas fundamentais com o objetivo de garantir um ambiente educacional mais inclusivo. A formação docente adequada é essencial para que os educadores possam adotar práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, utilizando metodologias que considerem as especificidades de cada contexto escolar.

Professores capacitados estão mais preparados para integrar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) de maneira crítica e eficaz, ampliando as possibilidades de aprendizagem dos estudantes. A implantação de espaços comunitários equipados com

infraestrutura tecnológica representa uma estratégia viável para reduzir o impacto da exclusão digital.

Esses ambientes, ao fornecerem acesso a computadores e à internet, promovem o engajamento estudantil e ampliam as oportunidades de aprendizagem, principalmente para estudantes de comunidades vulneráveis. A produção de materiais didáticos em formatos diversos — como impressos, audiovisuais e digitais — garante que o conteúdo curricular seja acessível a todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica. Essa abordagem assegura uma educação equitativa, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além dessas estratégias pedagógicas, a pesquisa também ressaltou a importância das ações comunitárias como elemento essencial para mitigar a exclusão digital. Parcerias entre escolas, organizações não governamentais e empresas privadas podem viabilizar o acesso a equipamentos tecnológicos e recursos educacionais, criando uma rede de apoio que contribua para a democratização do ensino e para a construção de um ambiente educacional mais justo e acessível.

As considerações finais desta pesquisa indicam que a superação das desigualdades digitais no ambiente escolar exige um conjunto de ações integradas, que envolvam o poder público, a escola, os professores, os alunos e a comunidade. A adoção de um currículo escolar mais inclusivo, aliado a práticas pedagógicas flexíveis e ao acesso equitativo à tecnologia, é imprescindível para garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

Reafirma-se, portanto, a necessidade de uma abordagem pedagógica contextualizada, que reconheça e valorize as realidades locais, promovendo o desenvolvimento integral dos educandos e assegurando que nenhum aluno seja abandonado.

Por fim, destaca-se que a construção de um ambiente educacional mais justo e inclusivo depende, sobretudo, da implementação de políticas públicas comprometidas com a equidade educacional, da valorização dos profissionais da educação e da participação ativa da comunidade escolar.

A educação, enquanto direito fundamental, deve ser pautada em princípios de inclusão, diversidade e equidade, garantindo aos estudantes oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento, independentemente de sua origem social ou condição econômica.

Referências

A ALBUQUERQUE, João; SOUZA, Carlos; PEREIRA, Luana. **Tecnologia e ensino remoto: desafios na formação docente**. Brasília: Editora Educação Moderna, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CRUVINEL, Silma Peres. Inclusão social? De quem e para quem?. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 40, n. 1, p. 309-324, 2023. Disponível em https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4157. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

DA ROCHA RIBAS, Márcia Helena. Recursos na Educação Especial: Promovendo a Inclusão e Diversidade. **Altus Ciência**, v. 20, n. 20, p. 343-356, 2023. Disponível em <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/189>. Acesso em 20 de fevereiro de 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRANÇA, Larissa; FURLIN, Diego. **Desigualdades digitais e educação durante a pandemia da Covid-19**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 28, n. 95, p. 34-60, jan./mar. 2023.

GIL, Nuno Miguel Pedro; SÁ, Susana. O papel de liderança dos coordenadores de departamento curricular. **Altus Ciência**, v. 16, n. 16, p. 216-265, 2023. Disponível em <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/69>. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

KANASHIRO, Mauro. **Currículo escolar e ensino remoto: desafios da educação pública**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 42, n. 153, p. 1001-1020, jul./set. 2021.

MACEDO, André. **Letramento digital e exclusão escolar: um estudo sobre o ensino remoto**. Revista Brasileira de Tecnologias Educacionais, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 22-39, out./dez. 2021.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Ricardo. **Metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2021.

ROMANOWSKI, Joana; ENS, Rosângela. Pesquisas qualitativas na educação: desafios e possibilidades. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p. 258-272, set./dez. 2006.

SANTANA, Bruno; LIMA FILHO, Pedro; REIS, Camila. **Educação no campo e exclusão digital: o impacto do ensino remoto**. Revista Educação Rural, Belo Horizonte, v. 13, n. 45, p. 145-163, jan./mar. 2021.

SANTOS, Ana Rachel Pires Cantarelli; DA SILVA GONÇALVES, Maria Célia. Profissão Docente: múltiplas facetas e desafios na mobilização e valorização dos saberes. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, n. 17, p. 423-438, 2023. Disponível em

<http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusiencia/article/view/135>. Acesso em 05 de janeiro de 2025.

SADOYAMA, Adriana dos Santos Prado; LEAL, Geraldo Sadoyama; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago. Os círculos dialógicos investigativo-formativos como metodologia de auto (trans) formação dos docentes da Educação Infantil: possibilidades. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 46, n. 1, p. 01-11, 2024. Disponível em https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4872. Acesso em 22 de janeiro de 2025.

SILVA, Adinairde Neves da. Prática pedagógica: desafios de transformar a teoria na práxis inclusiva. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, Paracatu, v. 40, p. 398-410, maio/jul. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8152396. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8152396>.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.